

## **Título: A PRÁXIS DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO COMUNITÁRIO**

**Subtítulo: UM SABER FAZER CRÍTICO-TRANSFORMADOR OU ASSISTENCIALISTA PATERNALISTA?**

### **Autores:**

Maria Heloisa de Oliveira Bevilaqua. UNIVERSIDADE GAMA FILHO.  
heloisabevilaq@uol.com.br

Jorgelina Ines Brochier. UNIVERSIDADE GAMA FILHO.  
jo.ines@terra.com.br

### **Resumo:**

O objetivo deste trabalho foi investigar as representações gráficas dos alunos de psicologia sobre a práxis do psicólogo no âmbito comunitário através da Técnica Situacional Gráfica (TSG). Procurou-se analisar se as representações apontam para uma proposta assistencialista-paternalista ou para uma proposta crítico-transformadora. O termo assistencialista-paternalista é utilizado, nesta pesquisa, para caracterizar formas de intervenção que visam à manutenção da ordem social, através da implementação de melhorias nas condições de vida do grupo para o qual dirige o seu trabalho, sem a participação ativa desse grupo. Em outra perspectiva, o termo crítico-transformadora aponta para a possibilidade de fomentar autonomia dos grupos para que eles, efetivamente, assumam seu papel de sujeitos de sua própria história. Nesta perspectiva, o psicólogo busca compartilhar saberes e práticas com os grupos comunitários, articulando demandas com possibilidades concretas de ações. Tal dinâmica potencializa recursos para que os grupos assumam o lugar de protagonistas, resignificando e transformando o cotidiano. Esta investigação centrou-se em três questões básicas: o local das intervenções e a quem é dirigido o trabalho; a função que ocupa; e as modalidades de interação/comunicação com o grupo-cliente. A amostra foi constituída de 98 graduandos de psicologia cursando do 2º ao 10º período, de uma universidade privada, situada na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro (Brasil). Foi solicitado a esses participantes que desenhassem um psicólogo atuando no âmbito comunitário. Em seguida, pediu-se que respondessem a um inquérito sobre a situação representada. Em relação ao local da intervenção, 67,4% indicaram favela sinalizando uma concepção limitada da atuação do psicólogo nas comunidades. Na categoria “a quem é dirigido o trabalho” 53,6% indicaram ações/intervenções dirigidas a crianças e adolescentes. Em relação à função do psicólogo, 81,52% enfatizaram: informar, ensinar, ajudar, promover bem-estar. Constatou-se que para os participantes, a atuação do psicólogo comunitário está fundamentada numa perspectiva assistencialista-paternalista, colocando o grupo-cliente no lugar daquele que precisa ser assistido e ajudado, desconsiderando possibilidades de mobilização para a autogestão e autonomia.

**Palavras-Chave:** comunidade; psicologia social, assistencialista, transformadora

### **INTRODUÇÃO:**

A expressão “Psicologia social comunitária” designa um conjunto de saberes e práticas da psicologia que visam “contribuir para a melhoria na qualidade de vida das pessoas e grupos distribuídos nas inúmeras aglomerações humanas que compõem a grande cidade” (ANDREY, 2001, p.201). Nesta perspectiva, o termo comunidade corresponde a um lugar “em que grande parte da vida cotidiana é vivida” (CAMPOS, 2000, p. 9).

Embora as intervenções do psicólogo que atua no âmbito sócio-comunitário não estejam restritas aos grupos populares, observa-se uma tendência para privilegiar aqueles que vivem em condições precárias (ou inviabilizadas) de trabalho, saúde, saneamento básico, educação escolar, lazer, dentre outras.

Ao desenvolver estratégias de intervenções, o psicólogo busca contribuir com o desenvolvimento da consciência crítica, da ética da solidariedade, das práticas cooperativas e autogestionárias do grupo. Entretanto, observa-se que as aproximações do psicólogo estão pautadas em diferentes perspectivas, identificadas, neste trabalho, por “assistencialista-paternalistas” e “crítico-transformadoras”.

O termo assistencialista-paternalista caracteriza formas de intervenção que visam à implementação de melhorias nas condições de vida do grupo sem a participação ativa desse grupo (BROCHIER, BEVILAQUA, SOARES, 2007). Nestas intervenções, o psicólogo, além de priorizar o atendimento individual, adotando como principal estratégia, a psicoterapia breve, tende a atribuir a comunidade o sentido de “desamparada”, e, por conseguinte, oferece serviços que transformam os sujeitos em simples beneficiários. Ao desenvolver práticas assistencialistas e descontextualizadas das situações concretas de vida, destitui o grupo da possibilidade de “criar e buscar em torno de si, suas próprias condições (seu próprio poder e saber) para se autogestionar” (MENDONÇA, 2007, *online*). Busca, portanto, apenas assistir à comunidade, sem que esta se coloque como agente ativo de seus problemas e de suas soluções.

Em outra perspectiva, o termo crítico-transformadora aponta para a possibilidade de fomentar autonomia dos grupos para que eles, efetivamente, “assumam seu papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para problemas enfrentados” (FREITAS, 2000 p. 57). Com este eixo norteador, o psicólogo procura compartilhar saberes e práticas com os grupos comunitários, articulando demandas com possibilidades concretas de ações. Tal dinâmica potencializa recursos para que os grupos assumam o lugar de protagonistas, ressignificando e transformando o cotidiano.

Assim, a concepção crítico-transformadora questiona estratégias de intervenções que fornecem assistência psicológica como foco em um sujeito descontextualizado das situações de vida. Para esta vertente, a subjetividade não é individual, nem coletiva, é sempre plural por ser construída junto ao social.

Depreende-se, portanto, que o indivíduo concreto, mediado pelo social, determinado histórica e socialmente, não pode ser compreendido independentemente de suas ações e de

seus vínculos (AGUIAR, 2002). Assim, a perspectiva crítico-transformadora considera que a compreensão do mundo psíquico e dos fenômenos psicológicos implica, necessariamente, em compreender a realidade social na qual o fenômeno psicológico se constrói.

Nesse sentido, defende que as ações devem ser desenvolvidas com base no saber-fazer tanto da comunidade quanto do psicólogo, resultando em um saber-fazer compartilhado que potencializa novas formas de viver a cidadania. Para tanto, as propostas devem partir das necessidades avaliadas pelo grupo que, ao desenvolver um diagnóstico sobre a sua situação, “é capaz de se implicar em suas queixas, podendo, a partir de então, colocar-se em movimento em busca de respostas e soluções, movimentando-se e provocando mudanças no seu cotidiano” (MENDONÇA, 2007, *online*).

Importante observar que a perspectiva crítico-transformadora, ao propor ações compartilhadas, cria dispositivos emancipatórios, não apenas para a comunidade, mas também para o psicólogo. Este, ao abandonar o lugar daquele que “sabe o que é melhor para o outro”, deixa de estar enclausurado em um saber-fazer alienado e alienante. Ao indagar, problematizar e compartilhar ações e intenções, estabelece um contínuo processo de ação-reflexão, a partir do qual é capaz de reinventar novas formas de sentir, pensar, agir e reagir. Assim, o psicólogo se transforma continuamente, na medida dos “acontecimentos, das leituras, dos diálogos, da passagem do tempo vivido... O profissional constitui-se e reconhece-se na relação com o inusitado e na criação da psicologia (SCARPARO; GUARESCHI, 2007, *online*).

Em face da significativa diferença entre os objetivos e propostas de intervenções dos psicólogos que atuam com base na perspectiva assistencialista-paternalista em relação aos que têm práticas norteadas pela perspectiva crítico-transformadora, torna-se relevante investigar as representações dos graduandos de psicologia, uma vez que, no Brasil, as atuações do psicólogo estiveram, até os anos de 1970, atravessados por uma tendência “assistencialista-paternalista” (RAMOS, CARVALHO, 2008; SCARPARO, GUARESCHI, 2007; MENDONÇA, 2007; CENSI, 2006; FREITAS, 2000).

O interesse por esse tema decorre da continuidade de dois estudos (BROCHIER, BEVILAQUA, SOARES, 2007; BROCHIER, SOARES, BEVILAQUA, 2006) vinculados a uma linha de pesquisa que investiga a representação do psicólogo em diferentes âmbitos de atuação. Nestes estudos as autoras concluíram que, apesar das intensas discussões que fomentaram mudanças nos projetos pedagógicos dos cursos de psicologia, os graduandos tendem a reproduzir em suas intervenções, propostas que têm como meta fundamental “assistir, cuidar, ensinar e auxiliar” dissociando as condições concretas de vida da construção

de subjetividades. Tal constatação produziu novas indagações sobre as ações do psicólogo na comunidade, dentre as quais são destacadas: De que forma o graduando representa o lugar e a função do psicólogo no âmbito comunitário? Que finalidades norteiam suas possíveis ações?

Com base nessas indagações, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva de cunho exploratório que procurou analisar as representações gráficas dos alunos de psicologia sobre a práxis do psicólogo no âmbito comunitário através da Técnica Situacional Gráfica (TSG), tendo como principal questão investigar se as representações apontam para uma proposta assistencialista-paternalista ou para uma proposta crítico-transformadora.

### **METODOLOGIA:**

Participaram desta pesquisa 98 graduandos de psicologia, matriculados em diferentes períodos, especificamente do 2º ao 10º, de uma universidade privada, situada na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro.

O instrumento utilizado foi a Técnica Situacional Gráfica (TSG), que se constitui como um desenho temático sem modelo, estruturado em duas etapas. A primeira corresponde à produção gráfica, e a segunda refere-se à verbalização sobre o que foi desenhado (BROCHIER, SOARES, BEVILAQUA, 2006; BROCHIER; SANTOS, NOGUEIRA, 2000).

Por ser um desenho temático sem modelo, possibilita a manifestação mais direta de aspectos de que o sujeito não tem conhecimento, não quer ou não pode revelar. Sendo o desenho um meio menos usual de comunicação do que a linguagem verbal, o grafismo se caracteriza por um conteúdo simbólico menos conhecido.

Assim, com as demais técnicas gráficas, a TSG é analisada sob um ângulo adaptativo, projetivo e expressivo. O ângulo adaptativo está relacionado à escolha do tema e como o sujeito se representa nela. O ângulo projetivo está ligado à atribuição de qualidades à situação, ao conteúdo e à maneira de tratar o tema. E, finalmente, o ângulo expressivo refere-se às propriedades gráficas de desenho e ao estilo peculiar da resposta do sujeito (BUCK, 2003). Além desses aspectos, ela se configura como técnica situacional, pois se constitui em uma situação específica na qual o sujeito que responde se reporta à situação profissional que ele vive ou pretende viver.

Solicitou-se aos participantes que desenhassem um psicólogo atuando no âmbito comunitário e, em seguida, foi desenvolvido um inquérito sobre o desenho realizado. Os dados foram categorizados de acordo com o método de análise de conteúdo, proposto por Minayo (2002). Foram criadas 3 categorias: o local das intervenções e a quem é dirigido o trabalho; a função que o psicólogo ocupa; e as modalidades de interação/comunicação

estabelecidas com o grupo-cliente. Nesta última, foram delineadas duas subcategorias: agrupamento e distanciamento.

**ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS:** No que tange ao local da intervenção, 67,4% indicaram “comunidade carente”, expressão utilizada como sinônimo de favela. Esta predominância sinaliza visão limitada, pois o termo comunidade corresponde a um lugar – que pode ser geográfico ou psicossocial - onde grande parte da vida cotidiana é vivida (CAMPOS, 2000). Ao priorizar o termo “comunidade carente” os participantes representaram comunidade como sendo um lugar onde vivem pessoas que precisam ser assistidas, ajudadas e preenchidas. Esvaziando, portanto, a possibilidade de contribuir para a mobilização dos grupos em relação à auto-gestão e à autonomia.

Em relação à categoria “a quem é dirigido o trabalho”, 53,6% dos participantes priorizaram ações/intervenções dirigidas a crianças e adolescentes; 20,63% não especificaram faixa etária, gênero ou qualquer outra singularidade do grupo-cliente. É interessante ressaltar que apenas 6,25% representaram figuras masculinas, o que parece reproduzir concepções ideologizantes que naturalizam a omissão ou ausência do “homem” na dinâmica do cotidiano da coletividade.

Em relação à função do psicólogo, 81,52% enfatizaram: informar, ensinar, ajudar, promover bem-estar. Tais dados apontam para uma concepção da Psicologia que dicotomiza os conflitos individuais do contexto social. Configura, portanto, uma concepção assistencialista-paternalista por considerar os sujeitos passivos, não percebedores da sua condição de cidadão, sem condições de refletir, escolher e transformar.

No que tange à categoria modalidades de interação/comunicação, 20,45% representaram o psicólogo desenvolvendo atividades sem a participação do grupo-cliente. Os demais participantes (79,55%) representaram o psicólogo interagindo com outras pessoas. Assim, foram criadas duas subcategorias: a) distanciamento (53,47): o psicólogo como protagonista e os componentes do grupo no papel de figurantes; e b) agrupamento (26,8%): embora as pessoas ocupem o mesmo espaço, a produção não é coletiva.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Para os alunos de Psicologia que participaram desta pesquisa, a atuação do psicólogo comunitário está fundamentada numa perspectiva assistencialista-paternalista, colocando o grupo no lugar daquele que precisa ser assistido e ajudado, desconsiderando possibilidades de mobilização para a autogestão e autonomia. Ao colocar-se no lugar daquele que auxilia porque detém o saber, cria obstáculos para que os grupos sociais

sejam protagonistas e, portanto, capazes de significar e re-significar o cotidiano. Conforme destaca Guareschi (2004, p. 99): “Quem vai por um tempo para partilhar o saber não pode retirar da comunidade essa prerrogativa fundamental de liberdade e autonomia”. Cabe ressaltar que as considerações aqui expostas referem-se a um estudo exploratório e, portanto, pretendem tão somente fomentar processos de reflexão acerca da práxis do psicólogo no âmbito comunitário. É necessário que o profissional esteja atento para o fato de que está trabalhando com e para as pessoas, e não, simplesmente, para pessoas que precisam ser assistidas e ensinadas. Salienta-se a importância de elaborar propostas que impliquem na capacidade, sempre renovada, de significar e ressignificar as condições concretas de vida, promovendo modificações tanto no âmbito individual quanto das coletividades.

## **REFERÊNCIAS:**

AGUIAR, W. M. A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica. In BOCK, A.M.B; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.), **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ANDREY, A. A. Psicologia na comunidade. In. LANE, S.T.M.; CODOW (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BROCHIER, J. I.; BEVILAQUA, M. H. O. ; SOARES, H. S.. Representação gráfica da práxis do psicólogo e do profissional de educação física no âmbito sócio-comunitário: manutenção ou transformação da ordem social. In: **Diálogos em psicologia social, 2007, Rio de Janeiro. Anais do XIV encontro Nacional da Associação Brasileira da Psicologia Social - ABRAPSO**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

BROCHIER, J. I. ; SOARES, H. S.; BELVILAQUA, M. H.O. A práxis do psicólogo: representação gráfica dos alunos de psicologia. In: **Memórias de las XIII jornadas de investigación e segundo encuentro de investigadores em psicologia del Mercosur**. Buenos Aires, 2006. v. III. p. 27-28.

BROCHIER, J.I.; SANTOS, H.S.; NOGUEIRA, R.M.S. A representação gráfica da práxis do psicólogo por estudantes de psicologia. **Anais do III Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Rorschach e outras técnicas projetivas**. Porto Alegre, 2000.

BUCK, J. N. **H.T.P: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: manual e guia de interpretação**. São Paulo: Vetor, 2003.

CENCI, Claudia Mara Bosetto. Representação social da psicologia em um bairro periférico de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. **Aletheia**. Jun. 2006, n.23, p.43-53. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A psicologia social comunitária. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREITAS, M.Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidades nas décadas de 1960 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, P. **Psicologia social crítica como prática de libertação**. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

MENDONÇA, V. L. M. Produção de subjetividade e exercício de cidadania: efeitos da prática em psicologia comunitária. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 2(1), São João del-Rei, Mar./Ag., 2007. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/5abstract.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

MINAYO, M.C.S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCARPARO, H. B. K.; GUARESCHI, N. M. de F. Psicologia social comunitária profissional. **Psicologia & sociedade**. [online]. 2007, vol.19, n.spe2, pp. 100-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>. Acesso em: 8 jun. 2008.

RAMOS, C. E; CARVALHO, J. E. C de. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em Psicologia Comunitária. **Psicologia & Sociedade**; 20 (2): 174-180, 2008. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/espaco-e-subjetividade-formacao-e-intervencao-em-psicologia-comunitaria-pdf-a18938.htm>. Acesso em: 13 jun. 2008.